

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 540.052 - TO (2019/0311056-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
HERO FLORES DOS SANTOS - TO000424B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : JOSIEL DIOMEDIA DIAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado pela Defensoria Pública em benefício de JOSIEL DIOMEDIA DIAS DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0020709-68.2019.827.0000, mantendo a segregação cautelar do paciente, decretada nos autos da ação penal em que foi denunciado pela suposta prática do delito de furto.

Sustenta a impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, sob argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para justificar a ordenação e a manutenção do decreto preventivo, visto que embasada em dados genéricos, atinentes à gravidade em abstrato e à repercussão social do delito.

Destaca, para tanto, que não foi demonstrado, de maneira concreta, de que forma, em liberdade, o acusado poderia causar risco à ordem pública ou à instrução criminal, diante da ausência de fatores demonstrativos de maior periculosidade ou reiteração delitiva.

Ainda, argumenta que as condições pessoais do paciente – primário e com residência fixa – indicam que não é criminoso contumaz, ao contrário do que constou no decreto preventivo.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

Liminar indeferida.

Informações prestadas pelas instâncias ordinárias, às e-STJ fls. 97, noticiam que os autos aguardam a apresentação de resposta à acusação.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório.

Preliminarmente, impende frisar que o Supremo Tribunal Federal, no bojo do HC n. 109.956/PR, colimando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/1990, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante àquela Corte, em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento cancelado por este Superior Tribunal de Justiça, a fim de que seja restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, a presente impetração, ao se insurgir contra acórdão exarado pelo Tribunal local, denegatório da ordem pleiteada em anterior remédio heróico, afigura-se incabível, pois manejado perante este Sodalício de forma originária, sem qualquer subsunção às hipóteses autorizadoras elencadas no art. 105, inciso I, alínea *c*, da Constituição Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Logo, não comporta conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na exordial será analisado, apenas *ad cautelam*, a fim de se verificar a existência de eventual flagrante ilegalidade a justificar a atuação desta Corte Superior de Justiça *ex officio*.

Dos elementos carreados aos autos, infere-se que o paciente foi preso em flagrante em **14/7/2019**, convertida a prisão em preventiva na audiência de custódia realizada em **15/7/2019** e, posteriormente, denunciado pela prática em tese do delito tipificado no art. 155, *caput*, do Código Penal, porque teria furtado uma motocicleta.

Quanto aos fatos, narra a denúncia:

"Consta dos autos de inquérito policial que no dia 14 de julho de 2019, por volta das 03h00, na "chácara do Wanderley Barbosa", distrito de Taquaruçu, nesta capital, o denunciado Josiel Diomédia Dias da Silva, subtraiu, para si, 01 (uma) motocicleta Honda CG 150, Titan KS, Placa MWW 0282, de propriedade da vítima Valdeson Alves Bezerra.

Segundo restou apurado, na data dos fatos a vítima participava de uma festa na chácara acima mencionada e deixou sua motocicleta estacionada no pátio.

Apurou-se que o denunciado passou pelo local e subtraiu, para si, a motocicleta, evadindo-se em posse do bem. Instantes depois a vítima percebeu a subtração e foi alertada pela pessoa de João Mário que o denunciado foi o autor do furto.

Então a vítima acionou a Guarda Metropolitana e rapidamente uma guarnição se dirigiu para a residência do denunciado. Lá chegando os agentes efetuaram a prisão do denunciado em flagrante, bem como apreenderam a motocicleta, a qual estava escondida na residência de sua irmã." (e-STJ fls. 22/23)

Verifica-se que o Juízo singular indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva, a bem da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, ao considerar que *"há, nos autos, informação no sentido de que o réu possui contra si outros procedimentos criminais facilmente acessadas pelo sistema e-Proc. Ademais neste momento é necessário garantir a ordem pública, já que solto poderá ofender outros bens jurídicos tutelados pelo direito penal, além de garantir a credibilidade da justiça"* (e-STJ fl. 20).

O Magistrado de piso acrescentou que *"a alegação de que os requisitos autorizadores da prisão preventiva não se encontram mais presentes não se sustentam, pois não há comprovação do trabalho alegado, comprovação de endereço fixo, informação de familiares, atestado de idoneidade do requerente, tampouco outras informações que abonem a conduta moral do requerente"* (e-STJ fl. 20).

Observou, por fim, que *"os requisitos que ensejaram a decretação da*

Superior Tribunal de Justiça

custódia cautelar ainda permanecem íntegros e inalterados, razão pela qual devem ser rejeitados os pedidos de revogação da prisão preventiva e de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão" (e-STJ fl. 20).

Inconformada, a defesa ingressou com *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, destacando, em síntese, que "*em relação ao periculum libertatis, e na mesma linha da autoridade coatora, entendo que a existência de outros procedimentos criminais, inclusive envolvendo crimes de furto simples, é circunstâncias fática que abala a ordem pública, a necessitar uma resposta imediata do Poder Judiciário, notadamente quando se observa uma reiteração de condutas que colocam em risco a tranqüilidade da localidade em que ocorre as turbulências no convívio social*" (e-STJ fl. 64).

E concluiu o Colegiado *a quo* que a prisão cautelar faz-se necessária, porquanto "*o paciente possui contra si três procedimentos criminais em curso (evento 15, anexo, dos autos originários), dentre os quais dois de furto simples (autos n. 0043225-77.2018.827.2729 e n. 0015116-19.2019.827.2729), evidenciando, dessa forma, a sua reiteração no campo da criminalidade, inclusive com progressão para outros delitos que não o furto, a exemplo da lesão corporal (autos n. 0023395.91.2019.827.2729 - termo circunstanciado de ocorrência)*" (e-STJ fl. 65).

Pois bem.

Delineado o contexto fático processual, verifica-se que a custódia do paciente encontra-se bem fundamentada, no termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para acautelamento da **ordem pública**.

De fato, a medida extrema faz-se necessária **para evitar a reiteração delitiva**, uma vez que, conforme destacado pelas instâncias ordinárias, o acusado possui outras ações penais em curso, dentre elas, duas pelo mesmo delito investigado na hipótese.

Tal circunstância revela inclinação à criminalidade, concretizando a conclusão pela sua efetiva perniciosidade social, inviabilizando a pretendida liberdade, já que patente a real possibilidade de que, solto, continue a delinquir.

Segundo a doutrina de JULIO FABBRINI MIRABETE: "*Fundamenta em primeiro lugar a decretação da prisão preventiva a garantia da ordem pública, evitando-se com a medida que o delinquente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida*", concluindo que "*está ela justificada se o acusado é dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, [...]*" (Código de Processo Penal interpretado. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 803, grifou-se).

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TESE DE ILEGALIDADE NA DOSIMETRIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VEDAÇÃO DO RECURSO EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO COM AMPARO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EM

Superior Tribunal de Justiça

RAZÃO DA REITERAÇÃO DELITIVA. PARECER ACOLHIDO.

1. Se a tese de ilegalidade na dosimetria não foi decidida pelo Tribunal estadual, é inviável a supressão de instância.

2. Inexiste ilegalidade na negativa do recurso em liberdade ao réu que permaneceu preso durante a instrução criminal, se persistem os motivos da prisão cautelar.

2. O art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, dispõe que o Juiz deve decidir, por ocasião da prolação da sentença, de maneira fundamentada, acerca da manutenção ou, se for o caso, da imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação interposta.

3. Havendo sido devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva, com base em elementos concretos dos autos - notadamente na possibilidade de reiteração delitiva -, deve ser mantida a custódia preventiva para a garantia da ordem pública.

Precedentes.

4. **In casu, a preventiva mantida na sentença encontra-se devidamente justificada na garantia da ordem pública, vulnerada pelo real risco de reiteração delitiva, tendo sido destaque pelo Magistrado singular que a ora recorrente possui diversas anotações em sua FAC, inclusive, por furto qualificado e por estelionato. Tudo a revelar a periculosidade in concreto da agente.**

5. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

(RHC 111.421/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2019, DJe 10/10/2019, grifou-se)

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA. MANTIDOS OS FUNDAMENTOS DA SEGREGAÇÃO. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E PRISÃO CAUTELAR. INSTITUTOS DIVERSOS. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Esta egrégia Quinta Turma possui firme entendimento no sentido de que, a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o recurso em habeas corpus em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo. *Precedente.*

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados

Superior Tribunal de Justiça

concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifica-se que a custódia cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, tendo sido demonstradas a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do recorrente, evidenciadas pelo modus operandi do delito - praticado em concurso de pessoas com um menor de idade e imobilização da vítima com um golpe, utilizando-se de ameaças, inclusive de morte, contra o ofendido - circunstâncias que demonstram risco ao meio social. **Ademais, a prisão também se mostra necessária para evitar a reiteração na prática delitiva, uma vez que, conforme destacado, o recorrente responde por outra ação penal pela suposta prática de crime de furto qualificado tentado.**

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

3. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

4. A prisão provisória não se confunde com a execução provisória da pena. Nesse contexto, embora a petição deste recurso afirme a ausência de efeito vinculante do HC n. 126.929 do Supremo Tribunal Federal - STF, que trata da possibilidade de execução provisória da pena após esgotados os recursos das instâncias ordinárias, no caso em apreço, a prisão ainda é cautelar, decorrente da presença de pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

5. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 115.557/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019, grifou-se)

Por fim, considerando-se a imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, que não se mostrariam adequadas e suficientes para garantir a ordem pública.

Assim, a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente a bem da ordem pública, não havendo coação ilegal a ser sanada de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece do habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

